

Agronegócio X Campesinato: Meandros de conflitos no município de Balsas – MA, Brasil

Vanderson Viana Rodrigues  ^{1*}

¹Geógrafo, Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. Brasil. E-mail: vanderson2016rodrigues@gmail.com *Autor para correspondência

RESUMO. O presente trabalho objetivou analisar os conflitos socioespaciais que envolvem os camponeses e os produtores de commodities do município de Balsas no Maranhão. Conflitos são inerentes na com vivência de grupos humanos com distintos interesses, tal assertiva se aplica também ao município de Balsas, todavia, tais conflitos foram redimensionados e potencializados por intermédio das políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares na década de 1970, quando Balsas recebeu grande número migrante oriundos do sul do país, os quais trouxeram consigo a “cultura da soja” e aqui encontraram apoio para desenvolver. A partir de então, tais conflitos passaram a fazer parte do cotidiano dos camponeses e os produtores de commodities, bem como das entidades de classes que os representam. Ainda que o modus operandi dos camponeses estejam aquém do ideal em suas relações socioambientais, as atividades desempenhadas pelos operadores do agronegócio, em especial dos sojicultores, nem sempre têm sido executadas com os melhores critérios, do ponto de vista de preservação da natureza e da valorização da territorialidade preexistente, o que contribui para criar novos conflitos agravando a realidade socioeconômica dos camponeses, e os conflitos de ordem estrutural e conjuntural do modo de produção capitalista que se faziam presente. Por exemplo o êxodo rural que tem como consequência o acirramento das mazelas urbanas ao impelir os camponeses que não conseguiram resistir às pressões do agronegócio em migrarem para à cidade.

Palavras chave: Migrantes, sul maranhense, disputas, povos tradicionais, *commodities*

Agribusiness X Campesinato: Meanders of conflicts in of Balsas city – MA, Brazil

ABSTRACT. The present work aims to analyze the socio-spatial conflicts involving the peasants and the producers of commodities of the city of Balsas in Maranhão, Brasil. Conflicts are inherent in the coexistence of human groups with different interests, such assertion also applies to the city of Balsas, however, such conflicts were redimensioned and potentialized through the policies of settlement and agricultural incentives implemented by the military governments in the 1970s, when Balsas received a large number of migrants from the southern of the country, who brought with them the "soybean cultivation" and found support to develop it. From then on, these conflicts became part of the everyday life of peasants and commodity producers, as well as of the class entities that represent them. Although the modus operandi of the peasants is below the ideal in their socio-environmental relations, the activities carried out by the agribusiness operators, especially the soy farmers, have not always been executed with the best criteria from the point of view of nature preservation and the valorization of the pre-existing territoriality, which contributes to create new conflicts aggravating the socioeconomic reality of the peasants, and the structural and conjunctural conflicts of the capitalist mode of production that were present, such as the rural exodus that has as a consequence the intensification of urban ills by impelling the peasants who could not resist the agribusiness pressures to migrate towards the city.

Keywords: Migrants, southern of Maranhão, disputes, traditional people, *commodities*

Contexto histórico e o desenrolar dos meandros

O sul do Maranhão permaneceu por mais de dois séculos ocupados pela pecuária associada ao cultivo de subsistência, ou seja, a agricultura camponesa, pois o solo da região até então era considerado inadequado para o cultivo agrícola de larga escala, ou até mesmo em razão destas terras não ter ainda despertado o interesse dos grandes produtores capitalistas de outras regiões do país, os quais podiam dispor de um grande estoque de terras ainda disponível para exploração no centro-sul do país, com condições de acesso e logística, para aquele momento, mais interessantes que as do Maranhão. Outrora a região estava em grande parte sobre o domínio de latifundiários, sem os mesmos recursos financeiros e nem mesma visão mercadológica dos produtores do centro-sul, além do mais, estes desempenhavam outro papel na divisão nacional do trabalho, uma vez que no sul do Maranhão predominava uma pecuária extensiva voltada para o abastecimento dos centros urbanos nordestinos. Ainda assim, a agricultura camponesa era praticada com todo vigor. Contudo, o avanço tecnológico e a modernização da agricultura, nos anos 1970, tornaram o Cerrado e a Amazônia Legal maranhense atrativos às novas frentes de expansão agrícola, em detrimento das populações tradicionais.

A sojicultura se expandiu rapidamente como resultado da combinação de preços, subsídios governamentais diretos e indiretos, especialmente no que se refere a investimentos, e parceria entre o Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições da região, e a com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a utilização da Estrada Ferroviária de Carajás (EFC) no escoamento da produção através do Porto de Itaqui o que colocou a região em destaque na produção desta *commoditie*. O Estado no estímulo à inovação tecnológica e intensificação do trabalho são características dos sistemas produtivos ligados à agricultura patronal e afetam diretamente o processo de produção do camponês (GROSSMAN, 1998).

Por conta de tais investimentos por parte do Estado em favor das lavouras capitalistas, nos anos de 1990, a produção se torna uma atividade empresarial que marca um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos envolvendo especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, populações tradicionais¹ (indígenas e quilombolas), lideranças sindicais, com a intermediação de lideranças religiosas, principalmente da Igreja católica do município de Balsas e a quase ausência de agentes públicos das diferentes esferas de governo.

A partir de então os conflitos socioterritoriais e os processos de mudanças na microrregião Gerais de Balsas passam a se tornar constantes, provocando um processo de êxodo rural proporcionado pelo medo, ameaças e propostas de baixa densidade, que mesmo assim encantaram os camponeses que detinham pouca escolaridade e conhecimento do que detinham em seu domínio. A análise desses processos se pautou na compreensão dos principais atores sociais envolvidos, (camponeses, sojicultores e seus representantes) dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007), e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais fossem compreendidas.

Para o desenvolvimento deste trabalho e a obtenção do objetivo proposto, empregou-se o método materialista histórico e dialético, pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos) (BRITO; ALCÂNTARA, 2018), para tanto, realizou-se levantamento bibliográfico sobre território, disputas por terra, produção e espacialização da soja no Maranhão, conflitos agrários, agronegócio e produção camponesa, em sites, anuários, periódicos, artigos, livros e outros, aquilo que Pisciotta (2003, p. 40) refere-se como “pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários” com o intuito de compreensão

¹ DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Art. 3º; I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam

territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

e aprofundamentos desses conceitos. Percebemos a necessidade de realizar leituras diversas, trazendo conceitos e temas de várias áreas da Geografia, e de outras ciências, como História, Agronomia, Economia, Sociologia, Direito, Ciência Política, dentre outras. Foram utilizados instrumentos de pesquisa de fonte primária: com o emprego de entrevistas semiestruturadas, realizadas com lideranças dos sindicatos dos camponeses, e sojicultores, também com membros da AGERP, AGED, SEBRAE, IPEV, buscando uma maior abrangência na interpretação dos conflitos que ocorrem no município. Aplicação de dezessete questionários a camponeses, e oito aos sojicultores do município de Balsas; e três rodas de conversa em comunidades tradicionais, visando o levantamento de dados qualitativos sobre os conflitos socioespaciais entre agricultores tradicionais e sojicultores, e também o histórico desses conflitos no município.

O conflito pela terra no município de Balsas no Maranhão

Conflitos socioespaciais podem ser entendidos como disputas entre grupos sociais com interesses distintos provenientes de distintas formas de relações por eles mantida com seu meio (LITTLE, 2001). A Implantação do cultivo da soja na região trouxe consigo novas práticas agrícolas. Assim, a “roça local” passou a ter como vizinho os campos de soja implantado em áreas de chapada, estas se caracterizam por serem altas e planas, e que oferecem as condições ideais para o plantio da soja, não sem antes empregar o uso de insumos para corrigir a acidez do solo. Essa nova realidade de produção no campo do município de Balsas no Maranhão, fez emergir uma plêiade de conflitos que têm como causa, em última análise a disseminação seletiva de inovações no município (Figura 1 e 2).

As disputas por terras no Maranhão, com algumas peculiaridades, seguem o mesmo padrão que tem marcado a luta do campesinato no Brasil e no mundo, no qual estes são pressionados pela grande massa de produção mecanizada, colocando em xeque o seu modo de uso da terra e de vida.

A imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato, esta é marcante no município de Balsas como

também na região que este município polariza. Tal imposição se dá de forma velada, sem chamar a atenção da sociedade em geral, na maioria das vezes, só é percebida e desvendada a partir da análise dos dados. Contudo, a pesar de sua consciência da condição de subalternidade, os camponeses impõem resistência ao avanço do agronegócio sobre seus territórios, visando à manutenção dos seus próprios meios e de suas características de vida e também de produção, para assim poder ser o protagonista da sua própria história, e não submeter sua vida aos ditames do grande capital, que vem a ser esmagador do seu lugar e da sua cultura (Figura 3 e 4).

Figura 1. Homogeneização da paisagem no município de Balsas, Maranhão.



Fonte: RODRIGUES (2017).

Figura 2. Plantação de soja em área de chapada no município de Balsas, Maranhão.



Fonte: RODRIGUES (2018).

Esse conflito é entendido como “[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2007, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá na forma encoberta/escondida, mas a forma violenta do conflito é a mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas. Em Balsas o número de conflitos por terra no período de 2001 a 2017 obteve alguns picos nos

anos de 2008 e 2010 (Gráfico 1). Quando ocorreram sete 07 conflitos por disputa de terras entre camponeses e produtores. Contudo, nos últimos 05 anos, os conflitos tiveram uma grande queda, ocorrendo em média 0,6 disputa por ano no município, no entanto nos seis primeiros meses de 2017 já foram registrados 02 conflitos que estão sendo averiguados.

Figura 3. Coleta de hortaliças no município de Balsas, Maranhão.



Fonte: RODRIGUES (2018).

Para uma melhor compreensão dos conflitos no município de Balsas, de maneira mais prática, foram escolhidos dois assentamentos do INCRA em diferentes fases de instalação e, portanto, com distintas modalidades de conflitos. Primeiramente visitou-se o assentamento rural São José, localizado a 90 km da sede do município de Balsas, o qual foi implantado a mais de 12 anos, cuja história é marcada pelo registros de diversas modalidades de conflitos territoriais, sobretudo, por conta da topografia do lugar que possui as características almejadas pelo agronegócio.

Posteriormente, visitou-se o assentamento rural Gado Bravinho localizado à aproximadamente 70 km da sitio urbano de Balsas, o qual, ainda está em fase de implantação, pois tem pouco mais de dois anos de criação, e que atualmente enfrenta diversas dificuldades estruturais e de afirmação enquanto território camponês, dentre as quais os diversos conflitos territoriais entre os assentados e os proprietários sojicultores das áreas vizinhas.

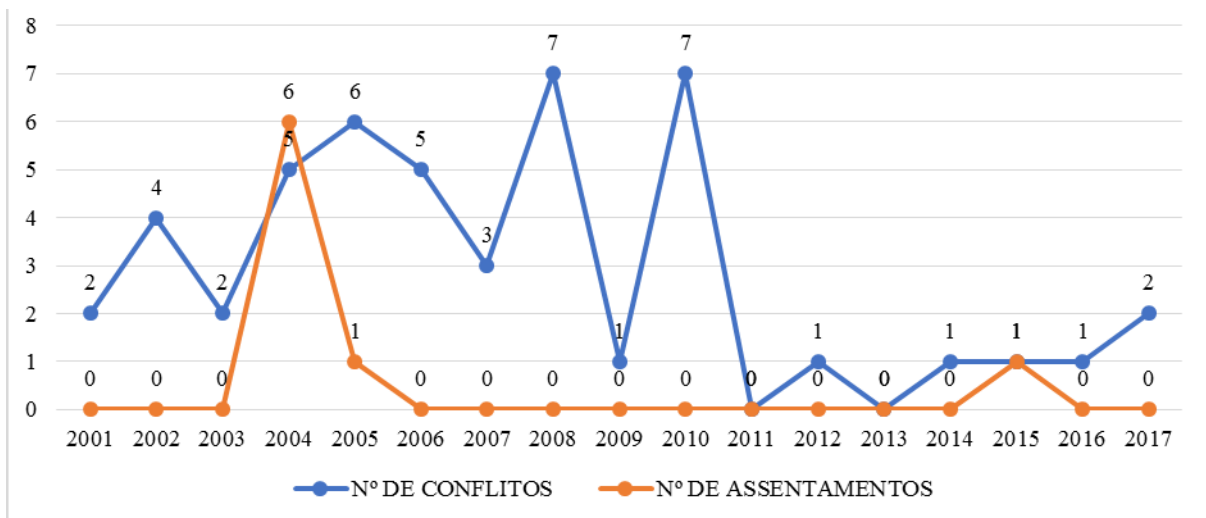
Figura 4. Família camponesa na roça em Balsas, Maranhão.



Fonte: RODRIGUES (2018).

Em entrevista o atual presidente da associação do assentamento São José (Figuras 5 e 6), afirmou que mesmo que a área do assentamento esteja cercada por fazendas produtoras de soja, não há quaisquer conflitos entre eles e os vizinhos sojicultores no momento, contudo as famílias do assentamento sofrem as consequências por estarem “ilhados” entre as fazendas produtora de soja. O maior problema por ele relatado, se refere a constante exposição dos assentados aos agrotóxicos que são utilizados nas

Gráfico 1. Número de conflitos agrários no município de Balsas, Maranhão entre 2001 e 2017



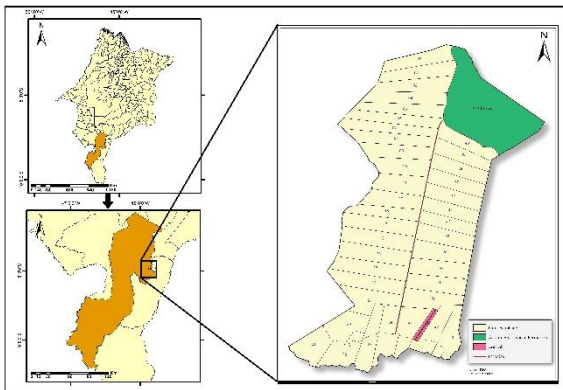
Fonte: CPT. Série histórica cadernos de conflito no campo Brasil de 2001 a 2017.

Org.: RODRIGUES (2017).

plantações dos sojicultores, há relatos de crianças que teriam adoecido e, também da contaminação das águas do Riacho São José que corta o assentamento, pois os fazendeiros lançam os produtos químicos nas lavouras e os mesmos escorrem para as águas dos riachos de onde as famílias do assentamento coletam água para o consumo.

A liderança do assentamento São José, relatou ainda a questão do assédio que alguns fazendeiros fazem com os assentados, tentando persuadi-los a vender seus lotes, como teria acontecido em 2016, quando um assentado estava decidido a ceder à pressão dos sojicultores e almejava vender seu lote para um fazendeiro vizinho a PA, contudo a venda não se concretizou, tendo em vista ser algo ilegal, mas principalmente pela mobilização da própria comunidade no sentido de não permitir a consolidação da comercialização do lote.

Figura 5. Mapa de localização da PA São José no município de Balsas, Maranhão



Fonte: IBGE, (2016); INCRA, (2017).

Org.: RODRIGUES e VIANA (2017)

No assentamento Gado Bravinho² os camponeses enfrentam os embaraços inerentes aos atos iniciais da implantação de um assentamento, muito por conta da burocracia que impõe exigências e ritos que acabam por tornar o processo muito lento, mas também, pelo pouco interesse dos agentes públicos em acelerar o processo e diminuir a angústia daqueles que serão beneficiados com efetivação da criação do assentamento, neste PA, fica claro tais embaraços, uma vez que, mesmo com toda a documentação homologada e deferida o assentamento Gado Bravinho, na prática ainda

² O projeto de assentamento Gado Bravinho não tem dados georreferenciados de sua área, o INCRA alega falta de verbas para realizar tais ações, neste sentido os conflitos pela falta

não foi instalado, ou seja, o assentamento existe de direito, mas não de fato. Tal circunstância tem causado situação conflituosa entre aqueles que de fato são os destinatários da área e os grileiros, que na grande maioria são representantes do agronegócio da região, alguns com áreas limítrofes com o assentamento e com pretensões de ampliação de seus domínios. Ou seja, o INCRA tem sido, se não omisso, pelo menos insensível e moroso na resolução da questão da grilagem da área.

Figura 6. Agrovila São José no município de Balsas, Maranhão.



Fonte: RODRIGUES (2017)

Em nossa visita a este PA em 18 de maio de 2017, pudemos contatar *in loco* a falta de demarcação dos lotes de cada assentado, a não construção da agrovila e nem de qualquer outra benfeitoria necessária para a definitiva instalação do referido assentamento, além dos barracos levantado pelos próprios assentados para abrigarem-se, existe apenas um outro barraco onde os assentados improvisaram uma escola em condições muito precária, mas que os camponeses a defende com muito vigor.

Uma liderança do PA Gado Bravinho, relatou que seus pais teriam chegado nessas terras em 1987, antes mesmo de todos aqueles que hoje se dizem donos, segundo ele, são cinco grileiros que afirmam serem os proprietários da terra. No local há constantes enfrentamentos, ameaças explícitas e/ou veladas, queima de casas, corte de arames das cercas, queima de plantações, e disparos de armas de fogo para o alto no intuito de aterrorizar os camponeses, entre outras formas de pressão feita pelos grileiros.

de efetivação das áreas da PA como de domínio governamental se agravam.

Uma peculiaridade deste assentamento é a forma de organização espacial da área pelos camponeses que preferem instalar suas moradias e suas roças na parte baixa do terreno, cujas as áreas, apresentam algumas vantagens em função da forma de exploração camponesa, pois são mais úmidas e possuem maior disponibilidade de nutrientes mais aflorados, onde também não competem espacialmente com a soja, pois estes espaços muitas vezes são mais íngremes, e não favorecem o desenvolvimento da lavoura mecanizada. Ainda assim, tais áreas apresentam alguns empecilhos aos camponeses, pois o acesso é mais difícil, obrigando-os a circular em estradas muito precárias, entretanto o maior problema reside no fato destas áreas serem alvos da cobiça dos latifundiários que as cobiçam para destiná-las à reservas legais e terem todo o espaço das chapadas disponível para a grande lavoura mecanizada.

Considerações finais

Evidencia-se que os conflitos socioespaciais e socioterritoriais entre os camponeses e os produtores vinculados ao agronegócio no município de Balsas – MA ocorre em função do avanço da lavoura capitalista na região, e este, teve seu ápice no ano de 2010, quando ocorreram 07 conflitos envolvendo cerca de 902 famílias em uma área de 10.158 ha. Tais conflitos continuam a ocorrer de forma explícita ou velada, pois o grande capital com apoio das distintas esferas de governo forma um monopólio a seu favor, desvalorizando e/ou desterritorializando as comunidades campesinas, e estas, organizadas como o auxílio de entidades locais como a Associação Campesina e a Comissão Pastoral da Terra, lutam pela manutenção do seu território, pela conquista de novas áreas e pela preservação do seu modo de vida tradicional.

No Maranhão se repete o mesmo desinteresse ou mesmo descaso que permeia as questões que envolve o campesinato no país, permanecendo tais condições, temos convicção que tal quadro continuará inalterado por muitos anos ainda, pois o próprio governo negligencia investimentos em reforma agrária, a prova disso, se materializa na recente extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A luta em busca da posse legal da terra e pela afirmação da identidade tradicional e cultural do campesinato tem sido

uma luta ferrenha e sangrenta que envolve a violência, a morte e a impunidade. A CPT em diversos de seus relatórios anuais têm evidenciado que o Maranhão tem ocupado a primeira colocação no nefasto ranking dos conflitos agrários em todo o país, e principalmente daquele que se refere ao assassinato de trabalhadores rurais que lutam pela democratização no campo. Isso mostra que pouco ou nada se tem feito no sentido de mitigar tais problemas e muito menos em solucionar-los definitivamente.

A falácia da reforma agrária, a violência policial, presente nos últimos registros de conflitos e a seletividade do Estado sobre a quem beneficia com políticas agrícolas, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo. O abandono dos mais necessitados e a desterritorialização dos camponeses revelam o vigor das lutas agrárias.

Entende-se que os movimentos sociais de luta e resistência com o intuito de ajudar a manter firme o direito e a posse legal da terra tem sido de grande importância no município de Balsas. A participação da sociedade maranhense e da comunidade de intelectuais é de suma importância para pelo menos amenizar tal situação, tendo em vista uma solução definitiva em favor do campesinato, diante do modelo de sociedade que vivemos, seria uma utopia mudar a atual realidade, tendo em vista que Balsas no Maranhão como em todo os municípios do país, os representantes do agronegócio são os verdadeiros destinatários das políticas governamentais, das distintas esferas de governo, voltadas para o campo.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm?refresh>. Acesso em: 08 jan. de 2018.
- BRITO, M. S. N; ALCÂNTARA, J. J. Hegel e Marx: Por uma educação brasileira dialética. In; BRENO, A. et al. (Org.) **Aprendendo história: ensino de história**. União da Vitória – Rio de Janeiro: LAPHIS/Edição especial sobre ontens, 2018. P. 143-150.
- CPT-Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos no campo Brasil** – Serie: 2001 a 2017. Disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/4-areas-em-conflito?Itemid=-1>>. Acesso em: 12 de jan. 2018.

_____. **Caderno de conflitos no campo Brasil: Ocorrência de Conflito por Terra - 2016.** Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=-1>>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

GROSSMAN, S. L. **The political ecology of bananas: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998. P. 38.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. 2001. P. 107-122.

_____, P. E. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista.** 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 40.

RODRIGUES, V. V. **Homogeneização da paisagem no município de Balsas, Maranhão.** 2017. Figura 1.

RODRIGUES, V. V. **Plantação de soja em área de chapada no município de Balsas, Maranhão.** 2018. Figura 2.

RODRIGUES, V. V. **Coleta de hortaliças no município de Balsas, Maranhão.** 2018. Figura 3.

RODRIGUES, V. V. **Figura 4 – Família camponesa na roça em Balsas, Maranhão.** 2018. Figura 4.

RODRIGUES, V. V.; VIANA, J. D. **Mapa de localização da PA São José no município de Balsas, Maranhão.** 2017. Figura 5.

RODRIGUES, V. V. **Agrovia São José no município de Balsas, Maranhão.** 2017. Figura 6.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente & Sociedade.** v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

Artigo **recebido** em 28 de março de 2018.

Avaliado em 03 de abril de 2018.

Aceito em 22 de abril de 2018.

Publicado em 20 de junho de 2018.